

Envelhecimento populacional: algumas questões

Populational aging: some questions

Marília Borborema Rodrigues Cerqueira*

Roberto do Nascimento Rodrigues**

“Pus-me então a procurar uma imagem em que o momento e o eterno aparecessem ao mesmo tempo. [...] E com isso arranquei a velhice das engrenagens do tempo – da cronologia, da biologia, da geriatria...”

Rubem Alves

Resumo: A população brasileira tem apresentado um processo agudo de envelhecimento, incluindo as populações das áreas menos desenvolvidas do país, como o Norte do estado de Minas Gerais. Este artigo apresenta questões referentes ao envelhecimento populacional do país, de Minas Gerais, da região Norte e do município de Montes Claros. A exemplo do que ocorre no conjunto do estado e do país, o município está em processo de envelhecimento populacional, com a proporção de indivíduos de 60 anos ou mais passando de 4,1% em 1980 para 6,6% em 2000, em relação ao total da população residente.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional; idosos; velhice

Abstract: Brazilian population has presented a sharp process of aging, which has reached even the population living in the less developed areas of the country, such as the North of the state of Minas Gerais. This essay presents questions concerning population aging in Brazil, in Minas Gerais, in the North Region of Minas Gerais and the city of Montes Claros. In Montes Claros, the proportion of people aged 60 years or more rose from 4,1% in 1980 to 6,6% in 2000, in line with the process in course in the whole country and in the state of Minas Gerais

Key words: Population aging; elderly; old age

* Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG. Professora do Departamento de Política e Ciências Sociais e do Centro de Ensino Médio e Fundamental - UNIMONTES.

** PhD em Demografia pela Australian National University, Austrália. Professor do Departamento de Demografia e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR.

Introdução

O envelhecimento populacional tem sido objeto de inúmeros estudos, o que certifica a importância do tema, e apresenta-se muito aquém de esgotar as possibilidades de investigação e abordagem. Alguns autores tratam das variáveis demográficas que o definem; outros, dos problemas já existentes e futuros, decorrentes do expressivo contingente de idosos possível de se observar e projetado; há também grupos de autores que analisam os arranjos familiares e a diferenciação de gênero; ou as condições de saúde, custos e avanços da medicina e ciências afins; e, ainda, outros que tratam da sociabilidade, das questões financeiras e previdenciárias, entre tantas outras vertentes do tema.

Os idosos são a parcela da população que mais está crescendo em quase todos os países do mundo, e no Brasil não é diferente. Dado o processo de declínio rápido e generalizado da fecundidade, a proporção de crianças na população diminuiu e, conseqüentemente, o peso relativo de todas as demais faixas etárias sofreu aumentos significativos. A participação relativa do grupo populacional acima de 60 anos no total da população do país, segundo os diversos Censos Demográficos, passou de 5,1% em 1970 para 8,6% em 2000. Hoje, é comum a presença de idosos no trânsito, nos centros de compras, nas igrejas, nos grupos de excursões, enfim, estão em número expressivo por todos os lugares.

A queda da fecundidade no Brasil ocorreu de forma ímpar, não guardando semelhanças com nenhum país atualmente desenvolvido. Este fato implica em um processo de envelhecimento agudo, marcado por fortes tensões sociais e o acirramento das desigualdades econômicas, políticas e de acesso a todos os serviços e condições necessários à promoção da autonomia, integração e participação efetiva dos idosos na sociedade. Soma-se, também, que o Brasil é um país extenso, com uma diversidade de regiões, de realidades demográficas, sociais, políticas e econômicas.

Os desafios a serem enfrentados nacionalmente revestem-se da necessidade de considerações específicas, tendo em vista os diferenciais que marcam, persistentemente, a dinâmica sócio-demográfica da população brasileira. Tratar pela média um país como o Brasil, isto é, considerar uniforme sua estrutura social, econômica e demográfica, é um erro metodológico e de graves conseqüências para o planejamento, por distorcer a realidade, impedindo sua correta apreensão, (Veras e Alves, 2001). Deve-se ter em foco a questão dos indivíduos idosos com base nas suas especificidades, já que o envelhecimento é um fenômeno heterogêneo e complexo, no qual estão refletidas as diferenças de gênero, sociais, culturais e econômicas. Faz-se necessário, portanto, incorporar as concepções de desenvolvimento local à esfera sócio-demográfica, geo-referenciando os contextos e possibilidades de atuação concreta, visando a melhoria do bem-estar da população.

Neste trabalho, a questão do envelhecimento populacional circunscreve-se aos aspectos demográficos do Brasil, do estado de Minas Gerais, da região Norte do estado e do município de Montes Claros, com o objetivo de apresentar informações que revelam o processo de envelhecimento populacional nessas diversas instâncias e que possam subsidiar a tomada de decisões no que diz respeito à questão do envelhecimento.

Um pouco de Brasil e suas regiões

O processo de envelhecimento demográfico é um fenômeno resultante, em primeira instância, do declínio da fecundidade, que implica em um volume menor de nascimentos, determinando ganhos de peso relativo substanciais dos adultos, especificamente dos idosos. Alguns problemas advindos desse processo de envelhecimento são relacionados com a crescente proporção relativa do contingente de indivíduos idosos no total da população. O índice de idosos, um indicador sensível às variações na distribuição etária, por ser composto pelos dois grupos direta-

mente responsáveis pelo envelhecimento populacional (idosos, para efeito deste cálculo, são os indivíduos de 65 anos ou mais, e jovens, aqueles com idade inferior a 15 anos), era de 6,2% em 1960 e subiu para 19,8% em 2000. Essa razão percentual entre a população idosa e a população jovem revela como está a estrutura demográfica do Brasil, indicando que para cada 100 jovens com menos de 15 anos existem, aproximadamente, 20 pessoas com 65 anos ou mais.

O crescimento da população idosa afeta diretamente a razão de dependência, apesar do registro de idosos participando efetivamente das atividades econômicas do país. A razão de dependência idosa brasileira totalizou 9,1% para o ano de 2000, significando que existem 9 indivíduos com 65 anos ou mais para cada grupo de 100 pessoas de 15 a 64 anos. Por sua vez, a razão de dependência jovem resultou em 45,9% em 2000, saindo de patamares da ordem de 58,1% em 1991. A tendência dessas razões é de movimentos contrários, verificando-se o aumento da razão de dependência idosa e o decréscimo da razão de dependência jovem.

Razões de dependência menores expõem uma situação demográfica positiva, no sentido de oferecer um campo fértil para as políticas públicas, possibilitando o enfrentamento dos graves problemas sociais que afligem o país. Um dos desafios imputados ao Brasil com esse novo panorama demográfico é a necessidade de geração de empregos e absorção produtiva dos novos “entrantes” no mercado de trabalho, (Moreira, 1998).

Uma análise do ângulo do que representa o número de idosos nas áreas urbana e rural indica uma concentração desse contingente no perímetro urbano, cerca de 81,4% dos idosos, dos quais 56,9% são mulheres. A concentração da população idosa nas áreas urbanas ocorreu “de forma ligeiramente mais intensa do que no restante da população” (Camarano et al., 1999:26). Vale considerar, ainda, que o núcleo urbano é melhor equipado de infra-estrutura social e de serviços (hospitais, tecnologia médica, especialistas nas mais diversas áreas da saúde, etc.), o que

justifica em parte o grande percentual de idosos urbanos. Em contrapartida, podem surgir problemas decorrentes dessa concentração de pessoas idosas na área urbana, como por exemplo, questões no trânsito – a dificuldade em atravessar uma rua, calçadas altas, falta de rampas, filas, dentre outros.

Observando-se a questão dos sexos, é possível evidenciar a feminização do envelhecimento, principalmente nas áreas urbanas. Na população total do Brasil, conforme o Censo de 2000, registra-se uma razão de sexos de 81,6% e em todos os grupos etários de 60 anos ou mais ela perfaz valores menores que 100, indicando a primazia das mulheres.

A feminização do envelhecimento populacional é objeto de estudo de vários autores e caracteriza-se como uma questão sensível devido ao fato das mulheres das coortes mais antigas, na sua maioria, terem pouca escolarização, baixa qualificação profissional, baixa inserção no mercado de trabalho e viverem em um contexto sócio-cultural que valoriza o masculino, destinando às mulheres papéis subalternos e diferenciados na família, (Nascimento, 2001). Nesta última, elas assumem a função de cuidadoras dos familiares idosos e de si próprias, pois as mulheres também envelhecem. A feminização do envelhecimento chama a atenção para as demandas de serviços de saúde e é consequência do diferencial de mortalidade por sexo que prevalece na população brasileira, resultando em maior sobrevivência das mulheres.

As análises das informações sobre o envelhecimento populacional do Brasil indicam uma questão fundamental: a diversidade de regiões, situações e processos. A realidade é heterogênea, verificando-se inúmeras demandas, uma vez que se apresentam diferenciadas as condições de vida das pessoas idosas no país, condições estas que são diretamente afetadas por desigualdades de renda, educação, habitação, transporte, acesso aos serviços de saúde, sanitários e outros.

As regiões brasileiras têm características próprias

no tocante aos aspectos geográfico, socioeconômico, histórico, cultural e demográfico. Desde o início da queda da fecundidade que se pode falar em diferenças e, como consequência, o processo de envelhecimento populacional não é igual para o conjunto das regiões.

Os dados revelam a queda nos níveis de fecundidade de todas as regiões, principalmente a partir da década de 70. O Sudeste e o Sul apresentaram as maiores reduções nas Taxas de Fecundidade Total – TFT, seguidas pelo Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

De 1970 a 2000, a região Sudeste passou a ser aquela de maior percentual de população idosa. Em 1991 e 2000 o posto de segunda posição em relação à proporção de idosos na população passou a ser assumido pela região Sul, cabendo ao Nordeste a terceira colocação. Assim, em 2000, a listagem das regiões em ordem de maior proporção de pessoas com 60 anos ou mais é Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Nas áreas mais desenvolvidas economicamente, com melhor infra-estrutura de serviços e condições de existência mais adequadas, concentra-se a maior parcela da população idosa, com a exceção do Nordeste, que tem uma expressiva proporção de indivíduos com 60 anos ou mais. Apesar de apresentar uma TFT alta, o Nordeste não registrou as menores proporções de idosos, como poderia ser sugerido. A responsável é a intensa emigração, a saída adotada pelos nordestinos para fugirem da pobreza, da seca, em busca de trabalho. Os dados de 1991 e 2000 suscitam duas ponderações: houve uma redução acentuada da fecundidade no Sudeste e no Sul e, também, uma redução das perdas populacionais do Nordeste para as demais regiões brasileiras, contribuindo para reordenar as regiões em termos de envelhecimento das suas populações. E, ainda, podemos falar das emigrações da região Sul que, somadas à TFT baixa, realçaram o processo de envelhecimento dessa região, atribuindo-lhe a posição de segunda região mais envelhecida nos últimos censos, (Veras e Alves, 2001); (Santana, 2002).

O declínio da fecundidade no Brasil é generalizado e rápido. Há a convergência dos seus níveis, e o fenômeno se revela mais intenso na região Centro-Oeste, onde é sabido que existe o maior percentual de mulheres unidas esterilizadas e que fazem uso de métodos contraceptivos. “Em consequência do continuado declínio dos níveis de reprodução, antecipa-se um crescente processo de envelhecimento populacional para todas as regiões brasileiras” (Moreira, 1998:3.109).

O envelhecimento populacional em Minas Gerais e na região Norte do estado

Minas Gerais tem um cenário de envelhecimento populacional que acompanha o padrão brasileiro, apresentando a peculiaridade da migração ser uma variável de grande peso nesse processo de formação da sua estrutura demográfica, Fundação João Pinheiro – FJP (2002). Assim como o Brasil, Minas é um estado extenso, que resguarda diferenças geográficas, sociais, políticas, econômicas e culturais.

A história registra que as migrações mineiras foram muito intensas nas décadas de 60 e 70, o estado perdendo grandes contingentes populacionais, especificamente nas idades jovens e produtivas. Na década de 80, houve o arrefecimento das perdas populacionais, e nos anos 90 chegou-se a uma situação de relativo equilíbrio, com sinais de reversão do quadro: Minas passou a receber um número significativo de pessoas – algumas migrações de retorno, o que contribuiu para um saldo migratório positivo, (FJP, 2002).

Minas é uma das unidades da federação mais envelhecidas do país. No rol das demais unidades da federação, e considerando a proporção de pessoas com 60 anos ou mais, Minas Gerais ocupava “a décima primeira posição em 1970 (com 4,8%), passou para a décima em 1980 (6,1%), chegou a oitavo lugar em 1991 (7,6%) e em 2000 já era o quarto estado em proporção de idosos (9,1%)” (Santana, 2002:25). As primeiras posições neste rol eram ocupadas pelo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba, em ordem

decrecente dos percentuais, todos com mais de 10,0% do total da população residente com 60 anos ou mais.

A análise do ponto de vista da situação domiciliar dos idosos (60 anos ou mais) mostra que 80,5% dos mesmos residem na zona urbana, mas o processo de envelhecimento se repete na área rural mineira, como em todo o país. O grau de urbanização é crescente em todos os municípios e verifica-se a tendência de concentração da população nas cidades maiores, com 100 mil habitantes ou mais. As migrações internas respondem pelas mudanças estruturais e por essa urbanização.

No que se refere aos idosos responsáveis pelos domicílios, os dados são semelhantes para o Brasil e Minas Gerais: 62,4% de idosos responsáveis por domicílios no país são homens e 37,6%, mulheres. No estado, 61,6% são homens e, 38,4%, mulheres. A representatividade feminina idosa, no quesito chefe de domicílio, percorre uma trajetória ascendente em ambos, país e estado. A participação da mulher nas atividades produtivas e econômicas é uma consequência das mudanças dos novos tempos, de tal forma que a estratégia de sobrevivência das famílias conta, atualmente, com a mulher no mercado de trabalho. A imagem do homem provedor de todos os bens para a família tornou-se ultrapassada e, simultaneamente, essa nova configuração dos arranjos familiares oferece novas alternativas para o público feminino no que concerne a papéis e trajetórias de vida.

Neste momento, vem à baila a questão dos recursos financeiros dos idosos e a residência ou a não residência com os filhos. (Barros, Mendonça, Santos, 1999) concluem serem as rendas dos idosos responsáveis por 60% da renda domiciliar e que, extrapolando para os não-idosos, a pobreza destes últimos seria dois pontos percentuais maior caso os idosos constituíssem domicílios separados. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 1997, a aposentadoria constitui a parcela principal da renda dos idosos brasileiros.

Vale citar, também, os estudos de Camarano, Ghaouri (1999), com base em informações de diversos Censos Demográficos e PNAD's. As autoras ressaltam que o idoso de hoje experimentou o auge da sua vida produtiva em momento mais favorável da economia brasileira, em relação ao momento vivido pelos jovens atualmente. Assim, não se pode esperar que os idosos do futuro possam ter uma renda, uma casa própria e condições de exercerem papel fundamental para o sustento de várias famílias, principalmente das classes de renda mais baixa. Reforça-se, então, a idéia de que o envelhecimento populacional passará a representar mais um problema do que uma conquista da sociedade, uma vez que os anos de vida adicionais não serão vividos em condições de total independência e saúde.

O procedimento de uma análise desagregada do envelhecimento em nível municipal denota que Minas Gerais tem uma diversidade de municípios: são 853 municípios, pautados por diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais. Neste trabalho, a abordagem tem como limite as questões pertinentes ao município de Montes Claros, situado na Região Norte de Minas, uma das dez regiões de planejamento definidas pelo estado, considerando-se as diferenças regionais e necessidades próprias de cada região. Foge do escopo deste estudo traçar o perfil demográfico dos demais municípios e regiões, tendo em vista a amplitude da questão.

O Norte de Minas é uma região bastante peculiar dentro do estado de Minas Gerais. É um território extenso, com características econômicas, sociais e culturais semelhantes às nordestinas. “[...] sua estrutura produtiva, seus hábitos e a própria origem de sua população, além da continuidade física de seu território e da identidade de sua ecologia com a região baiana vizinha [...]”, redundam em indicadores de subdesenvolvimento também com valores próximos aos do Nordeste, Assessoria para assuntos da Sudene (1970:03).

Tratando-se do seu perfil demográfico, identifica-se uma expansão demográfica recente e nota-se uma

parcela significativa da população na área rural, em comparação com outras regiões mineiras que têm o maior contingente populacional no centro urbano, (FJP, 2002). Perfazendo um total de 1.492.715 habitantes, em 2000, o equivalente a 8,3% da população do estado, o Norte de Minas apresenta 64,5% de pessoas residindo nas áreas urbanas.

No Norte de Minas, a economia local desenvolveu-se apoiada nas atividades de subsistência e pecuária. O arrefecimento da importância dessas atividades favoreceu a diversificação da estrutura produtiva e a incorporação da região à área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) propiciou que os norte-mineiros tivessem suas relações econômicas ampliadas, gerando possibilidades de melhoramento. A industrialização, cuja tendência modernizante data de 1970, implicou em concentração econômica e demográfica, reforçando as desigualdades intra-regionais. Vale ressaltar, também, que a emancipação e criação de novos municípios na primeira metade da década de 90 – de 44 passou para 89 municípios no Norte de Minas –, agravaram ainda mais o quadro de desigualdades locais, (Reis, 1997); (Oliveira *et al.*, 2000).

A estrutura demográfica da região Norte de Minas Gerais é condicionada por todas essas transformações pelas quais a região passou, apresentando semelhanças com a dinâmica demográfica do estado e do país. Com a queda da fecundidade, de uma TFT de 6,21 filhos nascidos vivos por mulher em 1980, passando para 4,18 nascidos vivos por mulher em 1991 – uma variação de 32,7% –, verificam-se mudanças nos grupos etários, ou seja, é possível observar o processo de envelhecimento que está em curso. O contingente de indivíduos de idade inferior a 15 anos somava 47,1% em 1970, caindo para 34,3% em 2000, ao contrário do grupo de pessoas com 60 anos ou mais, que passou de 4,0% em 1970 para 7,8% no Censo de 2000. O Norte de Minas, assim como as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce, tem sua proporção de idosos aumentada em consequência dos fluxos migratórios de saída, principalmente de jovens.

Apontamentos demográficos sobre o município

Neste tópico, são apresentadas algumas informações sobre Montes Claros, no sentido de esboçar um panorama da sua situação demográfica. Para tanto, buscou-se dados da formação histórica e econômica do município, que mostram a posição atual de Montes Claros como um dos principais centros urbanos da região Norte de Minas Gerais, e resgatou-se dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (as razões e percentuais calculados a partir das estimativas para 2005 apresentam variações centesimais, o que justificou o trabalho com os Censos).

Iniciando-se pela história, na fazenda de nome Montes Claros foi construída uma capela em 1769, que constitui o primeiro marco do surgimento da cidade. Do ponto de vista institucional, o município foi criado em 13 de outubro de 1831, quando o povoado foi elevado à condição de Vila, significando a conquista da sua emancipação político-administrativa. A instalação da Vila se efetivou em outubro do ano seguinte, 1832, e a elevação da Vila à cidade datou de 1857, (Vianna apud Oliveira *et al.*, 2000).

A economia do município tinha por base atividades ligadas à pecuária e à agricultura de subsistência e, posteriormente, Montes Claros experimentou um desenvolvimento diferenciado dos demais municípios da região Norte de Minas. Tornou-se um dos municípios mais industrializados da região, e o dinamismo advindo dessa atividade o definiu como o principal centro urbano e, conseqüentemente, concentrador de população.

Essa característica de município de concentração populacional é revelada pelos dados do Censo Demográfico do ano de 2000: Montes Claros conta com 306.947 habitantes, perfazendo o equivalente a 20,6% do total da população da região Norte de Minas.

A região norte-mineira denota um grau de urbanização da ordem de 64,5% e uma densidade demográfica de 11,6 hab/km², ao passo que o município de Mon-

tes Claros tem 94,2% da sua população na área urbana e uma densidade demográfica de 85,7 hab/km², enquadrando-se entre os 20 municípios mineiros com população acima de 100 mil habitantes e grau de urbanização superior a 90%, (FJP, 2002). Montes Claros foi classificado por Garcia (2000) no rol daqueles municípios de características “urbano-industriais”, tendo em vista a associação entre níveis de crescimento populacional e de modernização.

A taxa geométrica de crescimento total da população do município, no período de 1991 a 2000, aproximadamente 2,30%, foi maior que a da região, 1,06%, confirmando a tendência de concentração da população nas cidades de porte médio, como observado para o conjunto do estado de Minas Gerais, (FJP, 2002). O que chama a atenção são as taxas negativas de crescimento rural, -2,50% para Montes Claros e -1,67% para o Norte de Minas, evidenciando as perdas populacionais influenciadas tanto por fluxos reais de emigração da área rural quanto pela criação e emancipação dos 45 novos municípios na década de 90 (por volta de 1994).

A análise da distribuição etária do município de Montes Claros nas três últimas datas censitárias (1980, 1991 e 2000) mostra que o município está em processo de envelhecimento populacional, a exemplo do que ocorre no conjunto do estado e do país. O grupo da população com 60 anos ou mais passou de 4,1% em 1980 para 6,6% em 2000 – sendo igual a 6,61% do total populacional estimado para 2005. O percentual de pessoas com 60 anos ou mais é equivalente a 17,4% de todo o contingente na mesma faixa etária no Norte de Minas. O grupo populacional com idade inferior a 15 anos correspondia a 40,5% do total da população montesclareense de 1980, passando para 36,8% em 1991 e 30,0% em 2000. Assim como o grupo com 60 anos ou mais, que apresentou acréscimos no decorrer do período em estudo, o grupo etário de 15 até 59 anos registrava, em 1980, 55,4% da população total, e esse percentual elevou-se para 58,2% em 1991 e para 63,4% em 2000. Essas mudanças no padrão de distribuição etária ditam o rápido envelhecimento da população, exigindo a re-

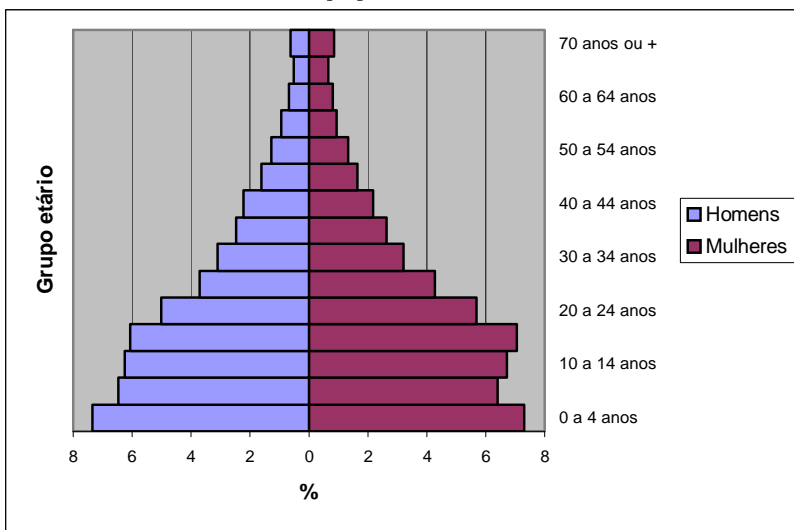
visão do planejamento de ações nas áreas social e econômica, com o envolvimento das esferas pública e privada.

Montes Claros está no momento da “janela de oportunidade”, que é o “período entre o início do processo de envelhecimento e o momento em que o peso proporcional dos idosos se torna maior, e que pode ser usado pela sociedade para a prevenção de eventuais problemas e/ou questões sociais decorrentes deste fenômeno” (Santana, 2002:81). É necessário que se crie condições de pleno bem-estar social para o enfrentamento de questões decorrentes do envelhecimento populacional, como o aumento dos níveis e graus de restrições de atividade ou incapacidade.

As pirâmides populacionais de Montes Claros (GRAF 1 a 3), para os anos de 1980, 1991 e 2000, esboçam o processo de envelhecimento em curso, observando-se o estreitamento da base e o ganho de peso relativo dos demais estratos da população. A análise do grupo de 15 a 59 anos, com grandes variações no período, pode indicar que Montes Claros, por abrigar escolas e faculdades, está atraindo jovens e adultos.

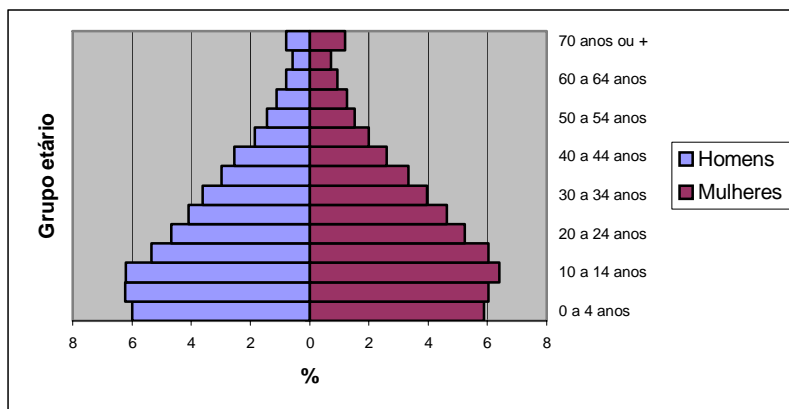
É importante, ainda, avaliar o grau de dependência existente entre os indivíduos que constituíam a população montesclareense nos referidos anos. As estimativas indicam um movimento decrescente nas razões de dependência total e jovem, ao contrário da razão de dependência idosa, que está em ritmo ascendente. Para o ano de 1980, a razão de dependência total foi de 75,9%; em 1991, esta razão somou 66,8% e, em 2000, era de 52,2 pontos percentuais. Isso significa que, em 2000, para cada 100 pessoas em idade produtiva, existiam aproximadamente 52 pessoas dependentes. Para as razões de dependência jovem foram registrados os seguintes valores: 71,3%, 61,3% e 45,6%, respectivamente, para 1980, 1991 e 2000. Esses valores indicam que menos pessoas estão nascendo em Montes Claros, ou seja, há o declínio da fecundidade das mulheres residentes no município. Por outro lado, as razões de depen-

GRÁFICO 1: Pirâmide populacional, Montes Claros – 1980



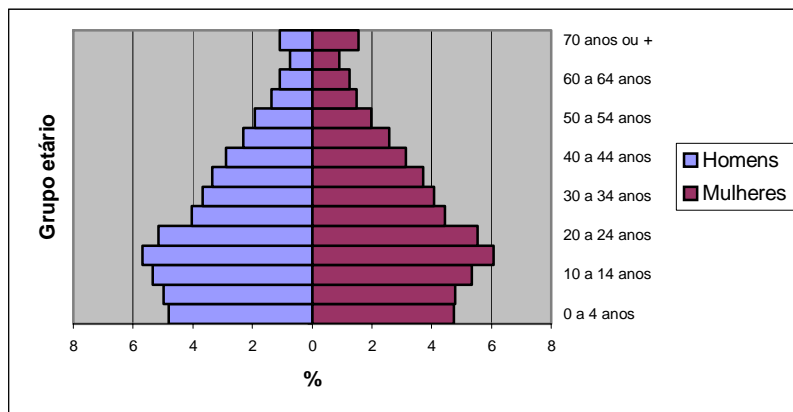
Fonte dos dados básicos: IBGE, Censo Demográfico, 1980

GRÁFICO 2: Pirâmide populacional, Montes Claros – 1991



Fonte dos dados básicos: IBGE, Censo Demográfico, 1991

GRÁFICO 3: Pirâmide populacional, Montes Claros – 2000



Fonte dos dados básicos: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

dência idosa apresentam o aumento relativo dos indivíduos com idade superior a 65 anos. De 4,7% em 1980, esta razão passou para 5,5% em 1991 e, em 2000, totalizou 6,5%.

Chesnais (1990) critica essas razões de dependência, considerando-as ficções estatísticas, pois há variações nas idades de entrada e saída da atividade econômica. Mas elas oferecem uma aproximação da realidade e podem subsidiar a tomada de decisões, se analisadas dentro do contexto socioeconômico-demográfico ao qual se referem e, de acordo com Veras (1994), em termos numéricos é possível ter a medida do ônus sobre a população que trabalha. Com base no índice de dependência total, pode-se chegar a uma estimativa aproximada do custo financeiro que esses grupos “inativos” representam para a sociedade.

Buscando um melhor detalhamento da estrutura demográfica do município, vale citar os índices de envelhecimento, que representam a proporção de indivíduos com 65 anos ou mais em relação ao total de jovens, de idade inferior a 15 anos. Os cálculos revelaram que, em 1980, o índice de envelhecimento era de 6,5%; em 1991, perfazia aproximados 8,9% e, no último Censo, para cada 100 jovens, existiam 14,3 idosos.

Dentro do conjunto dos idosos, é possível observar que as mulheres são a maioria, um resultado coerente com a dinâmica demográfica, pois a expectativa de vida das mulheres é maior que a dos homens. Logo, elas têm maior probabilidade de ficarem viúvas. As razões entre os sexos diminuem com o aumento da idade, evidenciando que mais mulheres do que homens chegam às idades avançadas. O Censo Demográfico de 2000 revelou a existência de 32 indivíduos com mais de 100 anos em Montes Claros, dos quais 21 são mulheres (20 delas residindo na cidade).

Desagregando a população idosa (acima de 60 anos) por situação domiciliar, visualiza-se um panorama urbano, com um enorme contingente de idosos re-

sidindo na cidade: cerca de 90,9% do total de pessoas com 60 anos ou mais em 2000. Avaliando-se a distribuição por sexo, o maior volume de mulheres idosas está na área urbana (57,3%), contrapondo-se ao grupo masculino, que é maior na área rural (54,4%).

Por fim, os dados apresentados certificam o processo de envelhecimento do município de Montes Claros, confirmando características observadas também para o conjunto do estado e país, como a feminização do processo e a sua urbanização.

Considerações Finais

O envelhecimento populacional, por ser um processo em curso, impõe a necessidade de novas pesquisas e estudos. É um tema complexo, com uma multiplicidade de elementos e, tendo como referência o Brasil, a velocidade com que ocorre o processo e o grande contingente populacional envolvido torna a questão preocupante, já que o país não procedeu a reformas e ajustes nos mecanismos e instituições sociais para o atendimento às novas demandas que surgem.

Em relação à magnitude dos números, Minas Gerais ocupa o quarto lugar no *ranking* da proporção de idosos no Brasil, e em Montes Claros, município-referência da região Norte do estado, cerca de 6,6% da sua população residente têm 60 anos ou mais, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2000.

Finalizando, o uso das informações deste trabalho pode auxiliar na elaboração de novos projetos de pesquisa e na implementação de políticas mais eficientes, que possam antecipar-se ao surgimento de graves problemas em decorrência do aumento do número de idosos.

Referências Bibliográficas:

ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DA SUDENE. *Área do polígono das secas em Minas Gerais*. Palácio dos Despachos, Mimeografado, 2000.

- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D. Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.) *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, p.221-249, 1999.
- CAMARANO, A. A. *et al.* Como vive o idoso brasileiro? In: _____. (Org.) *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 19-71, 1999.
- CAMARANO, A. A.; GHAOURI, S. K. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: _____. (Org.) *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 281-304, 1999.
- CHESNAIS, J.-C. *El proceso de envejecimiento de la poblacion*. Santiago, Chile: Naciones Unidas, CEPAL/CELADE, p. 145, 1990.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Minas Gerais e suas regiões de planejamento: crescimento populacional e distribuição espacial. *Informativo CEI, Demografia*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, p. 23, 2002.
- _____. Mudanças no padrão da distribuição etária: o rápido envelhecimento da população mineira. *Informativo CEI, Demografia*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, p. 11, 2002.
- GARCIA, R. A. Modernização e crescimento populacional nos municípios de Minas Gerais: uma aplicação do método "grade of membership". In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2000, Diamantina, M.G. *Anais*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, p. 925-956, 2000.
- IBGE. *Censo demográfico: Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>>, 2000.
- IBGE. *Censo demográfico: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000.
- MOREIRA, M. M. O envelhecimento da população brasileira em nível regional: 1940-2050. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu, M.G. População, globalização e exclusão. *Anais*. Belo Horizonte: IBEP, 1 CD-ROM, 1998.
- NASCIMENTO, M. R. Feminização do envelhecimento populacional: expectativas e realidades de mulheres idosas quanto ao suporte familiar. In: WONG, L. L. R. (Org.). *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, ABEP, p. 191-218, 2001.
- OLIVEIRA, M. F. M. *et al.* *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, p. 428, 2000.
- REIS, G. A. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da região mineira do Nordeste. In: SANTOS, G. R. (Org.) *Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.
- SANTANA, J. A. *A influência da migração no processo de envelhecimento populacional das regiões de planejamento do estado de Minas Gerais*. 2002. 106 p. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- VERAS, R. P. *País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UERJ, p. 224, 1994.
- VERAS, R. P.; ALVES, M. I. C. A população idosa no Brasil: considerações acerca do uso de indicadores de saúde. In: MELLO JORGE, M. H. P.; GOTLIEB, S. L. D.; LAURENTI, R. (Ed.). *A saúde no Brasil: análise do período 1996 a 1999*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde / OMS, p. 320-337, 2001.
- VIANNA, U. S. *Monographia do município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1916. *apud* OLIVEIRA, M. F. M. *et al.* *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, p. 428, 2000.